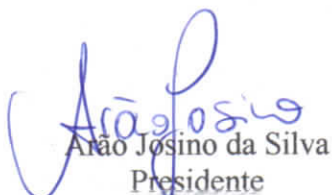


1 **ATA DA 502ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**
2 **DO VALE EUROPEU, REALIZADA NO DIA ONZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E**
3 **DOIS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às 14 horas, na sala Vale Europeu da
5 Associação, realizou-se a quingentésima segunda Assembleia Geral Ordinária da Associação de
6 Municípios do Vale Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Ascurra,
7 senhor Arão Josino da Silva, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a
8 presença da senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara, prefeita do município de Benedito Novo; do
9 senhor Mário Hildebrandt, prefeito do município de Blumenau; do senhor José Ari Vequi, prefeito
10 do município de Brusque; do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho, do
11 senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Êrcio Kriek, prefeito do
12 município de Pomerode; do senhor Jorge Luiz Stolf, prefeito do município de Rio dos Cedros; do
13 senhor Valcir Ferrari, prefeito do município de Rodeio; do senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do
14 município de Timbó; do senhor Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve;
15 do senhor Aldo Baptista Neto, secretário de estado da Saúde de Santa Catarina; do senhor Alexandre
16 Lencina Fagundes, secretário adjunto de estado da Saúde de Santa Catarina, além de demais
17 interessados. Após declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o
18 presidente deu início à reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta
19 pelos seguintes itens: 1 – Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Programa Observador Social
20 Mirim; 3 – PL das regiões metropolitanas; 4 – Notas técnicas Tributação; 5 – Projeto Recuperar; 6 –
21 Cirurgias eletivas; 7 – Assuntos gerais. Tratando do item um, ficou dispensada a leitura pois foi
22 confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para aprovação por
23 correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Em seguida, o presidente colocou
24 em deliberação a proposta para que as atas das assembleias sejam aprovadas automaticamente após
25 dez dias do envio aos prefeitos, caso não haja contestações, não sendo mais necessária a aprovação
26 em assembleia; não havendo manifestações contrárias, a proposta foi aprovada. Passando ao item
27 dois, o presidente informou sobre a assinatura de convênio com o Observatório Social de Brusque, a
28 fim de replicar o programa Observador Social Mirim em todos os municípios da região. Citou que o
29 programa é focado no ensino fundamental, fomentando a cidadania, educação fiscal e controle social,
30 e ressaltou que a Associação já é parceira de longa data da ação. Na sequência o documento foi
31 assinado, e a senhora Sabrina Furlani, agente de controle interno da Amve, agradeceu à presidência
32 da Associação por manter a parceria com o Observatório Social de Brusque, possibilitando que o
33 programa seja replicado, sendo que já há previsão de aplicação em sete municípios da região neste
34 ano, contando com a parceria dos Observatórios Sociais e das secretarias de Educação municipais.
35 Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Evandro Carlos Gevaerd, diretor executivo do Observatório
36 Social de Brusque, o qual cumprimentou a todos e comentou sobre as atividades do Observatório
37 Social, que têm o intuito de identificar fragilidades, contribuir e aplicar boas práticas na gestão
38 pública. Falou também da importância do apoio da Associação para disseminar o Programa
39 Observador Social Mirim na região, e agradeceu pela parceria. Dando seguimento aos trabalhos, foi
40 adiantada pauta dos assuntos gerais, e foi dada a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, o qual
41 comentou sobre a mudança no e-Sfinge online, em que já foram concluídas as fases de atos de pessoal
42 e jurídicos, porém alguns municípios ainda enfrentam dificuldades. Citou que foi iniciada a fase de
43 execução orçamentária, que também apresenta problemas, mas estão sendo realizadas várias reuniões
44 com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) para reportar estas dificuldades. Em seguida,
45 comentou sobre o levantamento feito nos municípios pelo programa Interagir, feito conjuntamente
46 por diversas entidades como Controladora Geral da União e Tribunais de Contas estaduais, a respeito
47 da estrutura de controle interno dos municípios. Apresentou as informações referentes aos municípios
48 de Santa Catarina, e citou que os municípios que possuem apenas um servidor no setor de controle
49 interno receberam notificação do TCE/SC, a qual recomenda que se nomeie mais pessoal para este
50 setor, ressaltando que esta nomeação ainda não é obrigatória. Em seguida, comentou sobre as
51 problemáticas enfrentadas para enviar dados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos

52 em Saúde (SIOPS) e no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE),
53 e que é necessário fazer uma articulação política com a Confederação Nacional de Municípios (CNM)
54 para buscar soluções. Diante disso, foi deliberado pelos prefeitos que seja enviado ofício à CNM
55 acerca do tema, e também que seja solicitada reunião com os respectivos Ministérios. Dando
56 seguimento à pauta, foi antecipado o item quatro e dada a palavra à senhora Márcia Zilá Longen, a
57 qual apresentou duas notas técnicas elaboradas, sendo uma acerca do ISS sobre industrialização para
58 terceiros, e a outra sobre Imunidade tributária; houve breve discussão entre os prefeitos sobre a
59 arrecadação de ISS e a isenção de IPTU para templos religiosos. Passando ao item três, foi dada a
60 palavra à senhora Simone Gomes Traleski, assessora de saneamento e meio ambiente da Amve, a
61 qual comentou que foi aberta diligência no Projeto de Lei (PL) das regiões metropolitanas, que
62 também abrange a regionalização do saneamento, para posicionamento dos municípios e das
63 associações, sendo que diversos deles já se manifestaram contrários ao PL. Também citou que no
64 Conselho Estadual de Saneamento (Conesan) há divergências, o PL foi acatado de forma geral, mas
65 foram feitas algumas sugestões de alteração. Informou ainda que a Associação vem acompanhando
66 estas tramitações em conjunto com a Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí
67 (AGIR), e que dois posicionamentos estão sendo trabalhados, mas ainda não se definiu qual será
68 apresentado. Em seguida, o diretor executivo da Amve complementou que será realizada reunião com
69 o relator do PL no dia 17 de maio para verificar as propostas e posicionamentos apresentados até o
70 momento. Novamente com a palavra, a assessora ainda ressaltou que a fiscalização dos contratos de
71 saneamento vigentes e dos novos deverá ser reforçada, e por isso a Associação já está organizando
72 capacitações aos técnicos municipais neste sentido. Houve ainda uma discussão entre os prefeitos
73 sobre a instituição da região metropolitana e os impactos nos municípios. Em seguida, o presidente
74 informou que o item cinco foi solicitado pelo senhor Alcir Merizio, prefeito de Botuverá, mas devido
75 sua ausência na reunião, será retirado de pauta. Novamente tratando de assuntos gerais, o senhor Arão
76 Josino da Silva comentou que a ação Vale Europeu em Movimento já foi realizada em seis
77 municípios, que as discussões têm sido muito positivas, e salientou aos prefeitos para que reforcem o
78 convite das próximas datas à sociedade civil. Em seguida, lembrou sobre o PL de Ajuda Mútua da
79 Defesa Civil, informando que apenas quatro municípios enviaram o projeto às Câmaras de
80 Vereadores, então reforçou a importância de priorizar este PL. Em seguida, lembrou sobre o
81 Circuito Vale Europeu de Futsal, salientando que apenas quatro municípios se inscreveram até o
82 momento, e solicitou que os prefeitos mobilizem seus gestores de esporte para participarem do
83 evento, que inclusive terá cobertura de veículos de mídia. Na sequência, foi dada a palavra ao senhor
84 Mario Hildebrandt, o qual informou que os encaminhamentos para que a Prefeitura de Blumenau
85 assumas as atividades do Centro de Operação do Sistema de Alerta (CEOPS) ainda estão em discussão,
86 e sugeriu que este trabalho seja feito de forma regional, pois todos os municípios têm interesse nas
87 informações sobre nível do rio e previsões pluviométricas. Passando ao item seis da pauta, o
88 presidente saudou e agradeceu a presença do senhor Aldo Baptista Neto, secretário de Estado da
89 Saúde, e do senhor Alexandre Lencina Fagundes, secretário adjunto de Estado da Saúde, ressaltando
90 a grande preocupação com a quantidade de pacientes nas filas de cirurgias eletivas na região, que são
91 quase 11 mil pessoas, bem como nas filas de consulta, que somam quase 12 mil pacientes. Em
92 seguida, foi dada a palavra à senhora Alexandra Guidarini Stortti, representante da Comissão
93 Intergestores Regional (CIR) do Médio Vale do Itajaí, a qual informou que a pandemia da Covid-19
94 agravou a demora das filas de cirurgias, especialmente da alta complexidade, e que os secretários
95 estão cientes dos investimentos do Governo do Estado para dar andamento a esta fila, porém o
96 resultado ainda não atingiu os municípios. Citou também que os hospitais precisam estar alinhados e
97 cientes da demanda, pois se houver estrutura e equipe disponíveis, as cirurgias precisam acontecer.
98 Em seguida, foi dada a palavra à senhora Maria Regina de Souza Soar, vice-prefeita do município de
99 Blumenau, a qual citou que a demanda reprimida de cirurgias é histórica, e que a Política Hospitalar
100 Catarinense (PHC) vigente prevê um valor considerável de aporte para os hospitais, porém não foi
101 discutida com os gestores municipais em CIR para definir o foco de pactuação para os recursos
102 repassados. Falou também sobre a capacidade instalada dos hospitais, sobre algumas problemáticas

103 da PHC, e que houve uma grande quantidade de repasse de recursos durante a pandemia que não se
104 converteu em resultado de cirurgias, tendo em vista que as eletivas foram suspensas por um longo
105 período. Ressaltou que a secretaria de Estado da Saúde (SES) precisa ter um contato mais próximo
106 com os gestores municipais de saúde e envolver a CIR nas discussões, salientou que os leitos de UTI
107 Covid que forem transformados em UTI geral precisam ser referência de alguma especialidade, e
108 falou também sobre a necessidade dos mutirões incluírem consultas e exames para serem efetivos.
109 Com a palavra, o senhor Ércio Kriek comentou sobre a necessidade de o Estado manter o diálogo
110 com os municípios, a fim de verificar as reais necessidades e otimizar a aplicação dos recursos. Em
111 seguida, com a palavra, o senhor Aldo Baptista Neto cumprimentou a todos e informou que
112 compartilha da preocupação com a situação das filas de cirurgias, ressaltando que o trabalho da
113 secretaria sempre foca nos aspectos técnicos da gestão. Também comentou sobre a formatação da
114 PHC, e que é possível alinhar estratégias em conjunto. Falou também sobre a exigência do Ministério
115 Público de Santa Catarina (MPSC) com relação à transparência das filas de cirurgias eletivas, e que
116 a secretaria de Estado está aberta ao diálogo. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Alexandre
117 Lencina Fagundes, o qual comentou que a comunicação entre entidades pode ser melhorada, e
118 explicou a construção da Política Hospitalar Catarinense, citando que as cirurgias eletivas estão
119 inclusas na Política, e que cada hospital tem uma meta de produção conforme seu porte. Falou também
120 sobre a demanda de cirurgias, pois a pactuação com os hospitais não está sendo cumprida, e inclusive
121 o MPSC se colocou como parceiro para cobrar esta produção. Falou ainda sobre as metas
122 contratualizadas e explicou como funciona a matriz de classificação da Política para basear o repasse
123 de recursos. Comentou também sobre a diferença entre cirurgias autorizadas e realizadas na região,
124 que há melhorias a serem feitas em tecnologia da informação, e ressaltou a questão de rotatividade
125 nas equipes hospitalares, que podem impactar nos resultados esperados, bem como as dificuldades
126 com os pacientes, como contatos desatualizados ou absenteísmo. Ressaltou a necessidade de melhoria
127 da comunicação entre Estado, municípios e prestadores, para que todos estejam cientes dos recursos
128 investidos e do serviço prestado, reiterou o apoio oferecido pelo MPSC, e finalizou destacando que a
129 construção de todo esse trabalho deve envolver a CIR. Novamente com a palavra, a senhora Maria
130 Regina de Souza Soar sugeriu que seja realizada uma oficina entre os gestores municipais da CIR e
131 técnicos da SES, no intuito de discutir a construção da PHC, ressaltando que além de contratualizar
132 as cirurgias, é necessário fazer o mesmo com as consultas de especialidades e exames. Com a palavra,
133 o senhor Mário Hildebrandt reiterou a fala da vice-prefeita, também destacou a necessidade de
134 discutir a vocação das novas UTIs gerais dos municípios de Indaial, Timbó, Gaspar e Brusque, e
135 ainda falou sobre alguns andamentos que devem ser dados com relação ao Serviço de Atendimento
136 Móvel de Urgência (SAMU). Novamente com a palavra, o senhor Aldo Baptista Neto informou que
137 nos próximos meses será apresentada a ação de transparência da fila de cirurgias eletivas, e que haverá
138 um sistema para que o gestor municipal acompanhe os índices do que foi pactuado com a rede
139 hospitalar da região versus atendimentos. Por fim, agradeceu pela oportunidade, e se colocou à
140 disposição. Nada mais havendo a tratar, o senhor Arão Josino da Silva declarou encerrada a
141 assembleia, e para constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
142 será assinada por mim, pelo presidente, e pelo diretor executivo da Amve.



Arão Josino da Silva
Presidente
Prefeito de Ascurra



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS
DO VALE EUROPEU

Giovana Peron

Giovana Peron
Secretária Executiva